A injusta "suspensão a divinis" contra o sacerdote Claudio Gatti, ocorrida em 1998.

O cardeal vigário Camillo Ruini, em 6 de dezembro de 1994, com o decreto prot. N. 1733/94, proibiu o sacerdote Claudio Gatti de celebrar a Santa Missa no lugar taumatúrgico da Via delle Benedettine, que era celebrada graças às permissões concedidas pelo anterior cardeal vigário, Ugo Poletti.

O pretexto para proibir a Santa Missa era querer examinar a atividade do “Movimento Compromisso e Testemunho” e estudar as aparições da Mãe da Eucaristia.

Com esse fim, o cardeal Ruini instituiu uma comissão que deveria ter interrogado as testemunhas, realizado todas as verificações necessárias e analisado as numerosas hóstias que haviam sangrado no lugar taumatúrgico (com um total de mais de 185 milagres eucarísticos).

Essa verificação foi confiada a uma comissão formada inicialmente por três eclesiásticos: Dom Agostino De Angelis, Dom Benedetto Tuzia e o padre Jesús Castellano (carta prot. 144/95 de 13 de fevereiro de 1995); meses depois, Ruini comunicou a ampliação da comissão com o padre Roberto Zavalloni e Dom Nosiglia (carta prot. 1279/95 de 30 de outubro de 1995).

No dia 28 de novembro de 1995, três membros da Comissão (Castellano, Tuzia e Zavalloni), após dizerem ao sacerdote Claudio Gatti que ele não poderia participar, realizaram uma única reunião com a vidente Marisa Rossi, a quem acusaram de ser “herege, endemoninhada, sacrílega, a que dividiu a Igreja em duas, a que fraturou a autoridade eclesiástica em duas”, e os livros das mensagens de Nossa Senhora como “lixo para jogar fora”. Marisa foi tratada com ofensas, pior do que santa Bernadette ou os pastorinhos de Fátima, em contradição com o cân. 1564 do Código de Direito Canônico (em latim: CIC).

Dessa reunião não foi lavrada nenhuma ata, contrariando o prescrito pelo cân. 1569. Devido à ausência dessa ata, Dom Cesare Nosiglia, na manhã de 1º de dezembro de 1995, na sede do Vicariato, declarou que esse encontro havia sido nulo.

Apesar dessas inconsistências, foi emitido o seguinte em 24 de fevereiro de 1997, com o decreto n. 148/97: “as presuntas aparições de hóstias carecem de toda credibilidade”.

O sacerdote Claudio Gatti solicitou a revogação do decreto n. 148/97 por não ter sido lavrada ata dessa reunião, contrariando o prescrito pelo cân. 1569 do CIC, e porque essa reunião havia sido considerada nula em 1º de dezembro de 1995 por Dom Cesare Nosiglia.

Com o decreto n. 415/97 de 22 de abril de 1997, o cardeal Ruini rejeitou a revogação do decreto n. 148/97.

Com o decreto 306/96/Leg de 13 de março de 1996, Ruini apontou pela primeira vez a possibilidade de aplicar sanções penais canônicas, incluindo sua suspensão do exercício do ministério, juntamente com a proibição de “realizar atos de culto eucarístico e culto público em geral por motivo ou como consequência de presuntas aparições de hóstias”.

Foi precisamente Deus, que conhece as intenções dos homens, quem desmascarou seus inimigos ao ordenar ao sacerdote Claudio Gatti que celebrasse a Santa Missa, indicando a data de 8 de março de 1998, trigésimo quinto aniversário de sua ordenação sacerdotal. “Eu, Jesus, quero aqui a Santa Missa. Eu, Jesus, quero aqui a Eucaristia consagrada pelo meu sacerdote”. [Carta de Deus de 22 de fevereiro de 1998]

Naqueles dias, Claudio Gatti, dilacerado entre a obediência a Deus e o amor pela Igreja, começou a se fazer várias perguntas que o perturbaram profundamente. Seu sofrimento aumentava à medida que se aproximava a data de 8 de março.

A essas perguntas, durante anos, Claudio Gatti não soube dar uma resposta. “Por que Deus me coloca em aberto contraste com a autoridade eclesiástica? Por que devo me colocar em uma situação de aberta rebelião, justamente eu que sempre preguei obediência e docilidade? Por que devo ser considerado como alguém que rompe a unidade da Igreja?”. Mais tarde, Deus lhe daria uma resposta a suas perguntas.

No entanto, diante da ordem de Deus, Claudio Gatti baixou a cabeça e disse: “Estou pronto para o sacrifício”, tão certo estava de que, por essa obediência a Deus, os homens encontrariam o pretexto para condená-lo.

Em 27 de fevereiro de 1998, Claudio Gatti enviou ao cardeal Ruini uma carta na qual pedia, em nome do Senhor, permissão para celebrar a Santa Missa em 8 de março.

A celebração era solicitada “por uma única vez” e apenas pela ocasião do aniversário sacerdotal. Claudio Gatti anexou à carta a mensagem de Jesus de 22 de fevereiro, na qual o Senhor lhe ordenava celebrar a Missa em 8 de março.

Em 5 de março, o vice-gerente Dom Cesare Nosiglia telefonou para Claudio Gatti comunicando-lhe a recusa categórica do cardeal Ruini ao pedido de celebrar essa única Santa Missa. “O cardeal recebeu tua carta – explicou Nosiglia por telefone – não te concede a faculdade de celebrar a Santa Missa em 8 de março e te pede obediência às suas diretrizes”.

Claudio Gatti respondeu com firmeza: “Não posso obedecer-lhes porque desobedeceria a Deus” e acrescentou: “Diante de uma ordem de Deus, estou disposto até a perder a vida, contanto que a respeite”.

No dia seguinte, 6 de março, sem aviso prévio, por volta das 17h, apresentou-se na Via delle Benedettine o chanceler do Vicariato, padre Giuseppe Tonello, que quis ver imediatamente Claudio Gatti.

O chanceler tirou de sua pasta o decreto prot. N. 251/98 do cardeal Ruini e leu o decreto com o qual ameaçava com a suspensão a divinis latae sententiae caso celebrasse a Santa Missa em 8 de março.

Após a leitura do decreto, Claudio Gatti o pegou, dobrou e colocou sobre sua mesa, dizendo: “Agora deixemos este decreto descansar, porque o senhor sabe muito bem que, ao impugná-lo, peço um novo decreto”.

De fato, segundo o Código de Direito Canônico (cân. 1734), nos dez dias que vão da comunicação do primeiro decreto até a comunicação do segundo, a ordem dada fica suspensa.

Era 6 de março e Claudio Gatti havia manifestado claramente sua intenção de impugnar o decreto.

Portanto, a Santa Missa celebrada por Claudio Gatti em 8 de março estava fora da proibição do decreto, porque durante dez dias, ou seja, de 6 a 16 de março de 1998, o decreto estava suspenso.

Puniu-se, portanto, uma ação cometida durante a suspensão do decreto. Um sacerdote foi suspenso a divinis só porque fez o que todos os sacerdotes deveriam fazer todos os dias com amor: a celebração eucarística, o ato de culto mais importante e mais agradável a Deus.

Claudio Gatti depois aperfeiçoou a impugnação do decreto dentro do prazo prescrito de 10 dias. De fato, o recurso, com o qual pedia a revogação do decreto, foi enviado em 14 de março ao cardeal Ruini.

Os altos prelados também se apegaram ao fato de que a carta escrita pelo sacerdote não tinha data, esquecendo que o carimbo do correio, que trazia precisamente a data de 14 de março, assim o atestava.

Dado que Claudio Gatti, em 14 de março de 1998, como prova o carimbo do correio, enviou a carta com aviso de recebimento solicitando a revogação do decreto n. 251/98, consequentemente, o que ocorreu entre 6 de março de 1998, data indicada no decreto, e 16 de março de 1998, último dia útil para apresentar o pedido de revogação, embora esteja proibido pelo decreto, não é punível, porque a execução do decreto está suspensa.

Claudio Gatti insistiu no aspecto jurídico da questão para demonstrar que a suspensão a divinis imposta pelo cardeal Ruini não é válida, pois se puniu uma ação cometida durante a suspensão do decreto.

Em 8 de março de 1998, o sacerdote Claudio Gatti, obedecendo a Deus, celebrou uma das Santas Missas mais sofridas de sua vida e também chorou durante a consagração.

O sacerdote não temia as consequências de seu gesto, mas sabia que seria instrumentalizado para atacar as aparições marianas “Mãe da Eucaristia”, os milagres eucarísticos e negar sua origem sobrenatural.

Em 21 de março, um mensageiro do Vicariato deixou um envelope na Via delle Benedettine, que continha a citação de Claudio Gatti ao Vicariato para as 13h do dia 1º de abril. Em 27 de março, o vice-gerente, Dom Nosiglia, telefonou novamente a Claudio Gatti confirmando a citação.

Em 1º de abril de 1998, Claudio Gatti apresentou-se no Vicariato e levou consigo a Eucaristia que havia sangrado em 22 de março de 1998, colocando-a sobre o coração para ter coragem de enfrentar “os lobos vorazes vestidos de cordeiro”.

Milagre Eucarístico de 22 de março de 1998

Foi recebido e conduzido a uma sala onde estavam presentes Dom Nosiglia, o padre Tonello e o vigário judicial, padre B. Martinello. Foi-lhe lida a carta (carta Prot. n. 309/98, de 27 de março de 1998) do cardeal Ruini, que não estava presente na reunião, que continha a notificação da sanção de suspensão a divinis; carta à qual Claudio Gatti responderia ponto por ponto.

Claudio Gatti nos confiou que Nosiglia estava muito tenso, enquanto ele estava muito tranquilo. Logo depois foi lavrada a ata; Nossa Senhora

estava ao lado de Claudio Gatti e o ajudou; o sacerdote corrigiu a ata, fez com que escrevessem o que desejava, praticamente ditou ele mesmo.

Claudio Gatti depois se preocupou com a situação espiritual do bispo Nosiglia e pediu para falar a sós com ele, sabendo muito bem ao que o bispo se exporia ao ofender a Deus.

Nesse momento, o padre Tonello e o padre B. Martinello saíram da sala e não perceberam que na antessala havia um membro da comunidade que havia acompanhado nosso sacerdote Claudio Gatti. Este ouviu claramente B. Martinello dizer a Tonello: “O padre Gatti tem as ideias muito claras”.

Quando Claudio Gatti ficou a sós com o bispo Nosiglia, disse-lhe: “O que estão fazendo? Diante de Deus, da Igreja e da História assumiram graves responsabilidades, o proceder de vocês será desautorizado e suas decisões serão declaradas inválidas e ilegítimas”.

Numa tentativa de ajudar e salvar Nosiglia, Claudio Gatti o aconselhou: “Se quiser salvar sua alma, afaste-se de Roma, peça uma diocese, fuja de Roma”.

O sacerdote Claudio Gatti acrescentou: “Para nós é um orgulho sofrer agora pela Eucaristia; em breve se realizará o triunfo da Eucaristia e será o nosso triunfo, mas que destino terão vocês?”.

Claudio Gatti então pegou a Eucaristia que havia sangrado em 22 de março de 1998, ajoelhou-se em profunda adoração, na esperança de que seu irmão tivesse um movimento de espírito, um impulso moral, um momento de lucidez.

A esperança era também que a presença de Jesus Eucaristia o ajudasse a sacudir sua consciência e o levasse a admitir que estava errado.

Nosiglia, naquele momento, podia decidir estar do lado de Deus ou contra Ele. Claudio Gatti compreendeu que Nosiglia estava lutando, e rezou para que pudesse obter a vitória, mas o medo do cardeal Ruini foi mais forte, por isso, com um olhar duro e usando uma expressão forte,

Nosiglia disse: “O que você me trouxe? Para nós isso é um pedaço de pão, jogue fora!”.

Claudio Gatti nos confiou que só depois entendeu que o olhar duro de Nosiglia não estava dirigido contra ele, mas contra quem o havia colocado naquela má situação: Ruini.

Poucos instantes depois voltaram os outros dois sacerdotes, leram a ata, Claudio Gatti a assinou e, ao se despedir de Nosiglia, disse-lhe: “Reze por mim, não porque eu errei, mas para que eu tenha força de aceitar serenamente o mal e o dano que vocês fizeram”.

Nosiglia respondeu: “Reze você também por mim”. Claudio Gatti, erguendo os olhos ao céu, acrescentou: “Espero e desejo que nos encontremos do outro lado, os dois juntos”.

O bispo Nosiglia, que havia acompanhado Claudio Gatti até a porta do Vicariato, disse-lhe: “Reconheça que isso não é Eucaristia, admita que se equivocou e que enganou os outros, e a suspensão a divinis será imediatamente levantada”.

Claudio Gatti, olhando-o nos olhos, respondeu: “Não posso violar minha consciência, devo defender a verdade. Vi os milagres eucarísticos e neles acreditei. Vocês foram contra o Evangelho e o código de direito canônico. Rezarei por vocês. Confio minha defesa a Deus e não ficarei decepcionado”.

Ao sair do Vicariato, dirigiu-se à praça de São João, onde Marisa, quase todos os jovens e numerosos adultos da comunidade o esperavam. Haviam sido avisados de sua chegada. Tinham se posto em adoração, na basílica de Latrão, durante todo o tempo da reunião.

Nossa Senhora estava tanto com aqueles que rezavam quanto com Claudio Gatti, que lutava para defender Jesus Eucaristia e a verdade. Vários membros da comunidade, ao ver o sacerdote sereno e sorridente, pensaram que não havia sido condenado, que o encontro havia corrido bem.

Marisa, ao contrário, que em bilocação com a Mãe da Eucaristia havia estado todo o tempo ao lado do sacerdote, sabia como as coisas haviam

acontecido e exclamou: “Não, a reunião não correu bem, o crucificaram!”.

Claudio Gatti, naquela mesma noite, encontrou-se na situação de consolar seus filhos espirituais que, da Praça São João, o haviam seguido até a “Via delle Benedettine” e lhes disse:

“Enxuguem suas lágrimas, façam o sorriso voltar aos seus rostos, abram o coração à esperança, porque este é um dia de vitória e triunfo.

Jesus lhes fez a honra de sofrer algo por Ele, e a mim e a Marisa pediu que nos imolássemos por Ele. Hoje me sinto mais sacerdote, mais semelhante a Cristo, porque também sou vítima e posso dizer com Jesus que sou sacerdote e vítima. Aos primeiros cristãos se pedia que não adorassem Jesus e, por sua recusa, eram perseguidos, flagelados e assassinados. Eles derramaram seu sangue de maneira cruenta, nós o derramamos de maneira incruenta, amando a Eucaristia, pela qual estamos dispostos a dar a vida. Agora cantemos ‘Vem, Maria’, convidem a Mãe da Eucaristia a vir entre nós e, como sinal de vitória e júbilo, desejo que recebam Nossa Senhora agitando os lenços como se fossem bandeiras e estandartes”.

Os jovens começaram imediatamente a agitar os lenços à espera da aparição.

A Mãe da Eucaristia elogiou o comportamento e a coragem de Claudio Gatti: “Vosso sacerdote travou a batalha, realizou um gesto de grande heroísmo que nenhum sacerdote da Terra teria feito”.

Nossa Senhora acrescentou depois: “Entendo, meu querido sacerdote predileto, teu grande sofrimento, mas também teu grande heroísmo. Tu podes dizer: ‘levo a palma do martírio’, fizeste tudo o que podias fazer, pequeno sacerdote diante dos homens, mas grande aos olhos de Deus, amaste, amas, sabes amar… vosso sacerdote sofreu o martírio”.

A Mãe da Eucaristia, enchendo de alegria os corações dos presentes, afirmou depois:

“Tu, meu querido sacerdote predileto, és grande, muito grande, por isso Deus Pai me enviou para te dizer: te declaramos santo!”.

“Este decreto não é válido, nele não há sinceridade, tampouco todos os outros decretos são verdadeiros”. “Fizeste tudo o que era possível, tentaste salvar até o vice-gerente”, prosseguiu a Mãe Celestial, “agora cabe a ele decidir de que lado estar”, e depois outra carícia materna dirigida sempre a Claudio Gatti: “Sê forte, leva a palma do martírio e faz ver e conhecer tua santidade”.

Depois veio Jesus, que disse: “Deus Pai te declarou santo, Deus Pai nos chamou um por um e nos disse: vão àquele lugar taumatúrgico porque hoje Deus santificou o sacerdote Claudio Gatti, depois tocará a Marisa”. (Como ocorreu depois, em 2 de maio de 1999)

O sacerdote Claudio Gatti, nos dias seguintes, escreveu a Ruini refutando ponto por ponto toda a sua carta de condenação. Gatti sabia que, do ponto de vista jurídico, a carta do Vigário Geral não tinha validade. Consultou um advogado canônico, especialista em direito canônico, que afirmou:

“Olhe, no Vaticano há uma lei não escrita que diz que os superiores sempre têm razão; não espere nada de bom para o senhor. Nenhuma Congregação Romana jamais questionará a autoridade do bispo”.

Claudio Gatti, no entanto, animado por Nossa Senhora, também para deixar um testemunho, escreveu uma carta apelando à Congregação para o Clero, cujo prefeito era o cardeal Darío Castrillón.

A Congregação, em grau de apelação, examinou os documentos e procedimentos para ver se havia defeitos, vícios de forma ou se tudo estava em ordem, e deu razão ao superior. O cardeal Castrillón, advertido por Ruini, serviu-se de um testemunho falso e indicou uma data errada.

O testemunho falso é do padre Claudio Cazzola, então pároco da paróquia de Nossa Senhora de Guadalupe, que testemunhou que Claudio Gatti havia celebrado a Santa Missa em 8 de março de 1997.

Na realidade, Claudio Gatti celebrou a Missa em 8 de março de 1998, e não no ano anterior, e além disso, Claudio Cazzola não estava presente nessa celebração eucarística.

A Congregação para o Clero utilizou um testemunho falso e indicou uma data errada. Claudio Gatti escreveu à Congregação para o Clero destacando essas falsidades, mas nunca ninguém lhe respondeu, apesar de ser evidente sua condenação injusta e ilegítima.

Aqui está la traducción al portugués brasileño (natural y fluido, como se habla en Brasil):

Apesar de ter enviado o recurso contra o decreto do prot. n. 251/98, no qual Ruini ameaçava Claudio Gatti com a suspensão a divinis caso ele celebrasse a missa em 8 de março de 1998, o cardeal Ruini não levou isso em consideração, pois, segundo ele, o documento não tinha data — embora o carimbo dos Correios atestasse a data. Claudio Gatti também respondeu ponto por ponto à carta prot. n. 309/98, na qual Ruini o notificava que havia sido suspenso a divinis por ter celebrado a missa em 8 de março de 1998, mas sua situação não melhorou.

O mais grave é que o bispo Nosiglia ordenou ao sacerdote Claudio Gatti que jogasse fora a Eucaristia que havia sangrado no dia 22 de março de 1998 e, depois, disse a Claudio Gatti: “Reconheça que isso não é Eucaristia, admita que se equivocou e que enganou os outros, e a suspensão a divinis será imediatamente levantada”.